

ATLAS TOPONÍMICO DO ESTADO DO MARANHÃO: UMA PROPOSTA DE ANÁLISE DA MACROTOPONÍMIA

Maria Célia Dias de Castro (UFMS)

Resumo: O trabalho que ora trazemos inscreve-se em um estudo maior, o Atlas Toponímico do Estado do Maranhão (ATEMA), cujos resultados preliminares aqui se apresentam. A pesquisa tem como base os estudos do léxico, campo da Onomástica, precisamente a Toponímia, em que se objetiva proceder à identificação, à descrição e à análise desse sistema, atentando para as divisões regionais, com suas respectivas peculiaridades. A metodologia, baseada em Dick (1990; 1992), conjuga o levantamento de um recorte de topônimos das cartas geográficas oficiais e do inventário lexical registrado em fichas lexicográficas toponímicas, com a pesquisa documental.

Palavras-chave: Atlas Toponímico; Maranhão; Resultados Preliminares.

Abstract: This research finds itself as part of a broad study. The Maranhão State Toponymical Atlas (ATEMA), whose preliminary results we present here. The research is based on lexical studies in the onomastic field, precisely Toponymy, in which we aim to proceed to identification, description and analysis of this system, trying for several regional divisions with their respective peculiarities. The methodology, based on Dick (1990; 1992), conjugates the gathering of a clipping through geographical maps and lexical inventory present in toponymical lexicographical records with document search.

Keywords: Toponymical Atlas; Maranhão; Preliminary Results.

1. INTRODUÇÃO

A necessidade de desenvolver pesquisas linguísticas que tivessem como foco o conjunto dos nomes de lugares maranhenses com as depreensões das análises linguísticas

desse topônimos, considerando as motivações, aspectos socioculturais e históricos, levou ao surgimento da proposta de um atlas toponímico. Assim, o propósito deste trabalho consiste em traçar, em linhas gerais, a tessitura inicial do Atlas Toponímico do Estado do Maranhão – ATEMA, projeto inspirado nos moldes do Atlas Toponímico do Estado do Mato Grosso do Sul - ATEMS, ambos sob a supervisão da Prof^ª. Dr^ª. Aparecida Negri Isquierdo, da UFMS PPGL/UFMS. Neste trabalho, limitar-nos-emos, contudo, a apresentar alguns resultados gerais da macrotoponímia levantados desde Castro (2012), com uma releitura atual classificatória.

Os fundamentos teóricos, apresentados na seção 2, baseiam-se nos estudos do Léxico, subárea da Onomástica, de forma mais delimitada, na Toponímia. Nesse sentido, a análise do topônimo inclui um conhecimento sobre a motivação e a categorização toponímica, compreendendo o reconhecimento da língua de origem, da estrutura morfológica, da etimologia, além de informações cartográficas que tornam possível a sistematização dessas informações em um banco de dados que gerem o atlas toponímico. Uma contextualização sócio-histórica faz-se necessária para melhor compreensão dos estudos toponímicos, em virtude de seu caráter multidisciplinar, o que é demonstrado na seção

3. Uma breve historicização sobre o atlas e sua respectiva metodologia no Brasil é apresentada na seção 4, em que se ressalta o papel da Geografia Linguística ou Método de Áreas. Na seção 5, são trazidos os primeiros resultados dessa investigação que ora vai tomando forma.

2. ESTUDOS EMBASADORES

A língua, as interações verbais que se realizam entre os indivíduos por meio de signos linguísticos, organiza-se na interface gramática e léxico, em que este é o conjunto sógnico que representa os elementos da realidade existencial, sociocultural, histórica, ambiental, seja real ou imaginária; a gramática, a organização dos elementos constituidores da língua, no eixo sintagmático. O léxico é constituído por signos da língua, em que os signos verbais são a representação da realidade no processo de interação. Eles foram conceituados, inicialmente, de forma binômica, por um significante e um significado, em uma concepção saussuriana (1976). Num avanço que considera os elementos da realidade, Ogden e Richard (1972) apresentam a forma triádica do signo em que inserem também o objeto representado ou referente. Nesta perspectiva, Biderman (1998) acrescenta ramificações a essa forma para inserir os aspectos da concepção de mundo do utente da língua. Alinei (2009) também apresenta

uma reestrutura do signo em um formato quadrangular e acrescenta-lhe elementos que estão na própria gênese do signo como o icônimo, um nome pré-existente do qual resultará novo nome.

Estudar o léxico implica resgatar a cultura de um povo, tendo em vista ser esse repertório a interface da língua que melhor registra “o modo como um povo vê e representa a realidade em que vive, podemos entender que o vocabulário de um grupo social atesta seus valores, suas crenças e também a forma como nomeia os referentes do mundo físico e do universo cultural em diferentes épocas de sua história” (ISQUERDO, 2003, p.165). Significa dizer que o léxico espelha o fazer histórico dos grupos sociais, motivo pelo qual essa face da língua é considerada como “repositório”, composto de palavras que testemunham a realidade social, histórica e cultural da comunidade linguística. Essa comunidade compõe-se de indivíduos utentes de uma língua, em que “El léxico se nos manifesta em primera instancia como um fenómeno de la memória de cada individuo”¹ (LARA, 2006, p.143). Sapir (1980) compreende o léxico como o índice básico da língua, que retrata as experiências percebidas pelo nosso mundo individual e social e a cultura de um povo, e Biderman

1 O léxico se nos manifesta em primeira instância como um fenômeno da memória de cada indivíduo.

(1998) assinala que “A geração do léxico se processou e se processa através de atos sucessivos de cognição da realidade e de categorização da experiência, cristalizada em signos linguísticos: as palavras” (p.92). Esta autora, inspirada nos estudos de Eric Lenneberg, ressalta que a etapa primeira da categorização humana, portanto, do espírito científico, dá-se pela nomeação da realidade, e ao léxico cabe o papel fundante de registrar esse conhecimento. São os lexemas os termos materiais, ou etiquetas, como Biderman também define as palavras, que identificam características e/ou informações das coisas que referem. Pelos argumentos apresentados, fica evidenciado que o léxico está no cerne das interações que se dão por meio da língua. No caso do léxico toponímico, este representa um conjunto peculiar que expressa sensorialmente dados da realidade geofísica, sociocultural e histórica. Conseqüentemente, não é incomum essa realidade peculiar ser retratada, nos seus caracteres, na forma da língua, descrição esta que faz parte da toponímia.

O estudo linguístico dos nomes próprios denomina-se Onomástica. Neste campo, insere-se o estudo que investiga e descreve os nomes de lugares, a Toponímia, cujo objetivo consiste em discutir e explicar os processos de nomeação dos lugares, a motivação das escolhas, os aspectos de

natureza cultural e linguística desses nomes. A Onomástica e mais precisamente a Toponímia, como afirma Dick (2007b, p.144) “é muito mais do que um mero fator auxiliar do agir e do viver individual ou coletivo; é indício de rumos tomados pelos falares ao longo dos períodos históricos, de comportamentos presentes no cotidiano e de atitudes morais ou operosas valorizadas pela população”. Essa autora conceitua a toponímia como “um ramo do conhecimento onomástico, voltado não apenas para análises etimológicas, mas léxico-semânticas de seu objeto de estudo, o topônimo” (2007a, p.463). Assim, a Toponímia constitui-se como ramo do conhecimento multidisciplinar, voltado para além das questões morfofonéticas e etimológicas, de forma determinante, para os estudos léxico-semânticos dos nomes de lugares. Uma fonte muito rica dos estudos toponímicos está no nível intralinguístico ou endocêntrico, que são as descrições dos processos sintáticos, morfológicos e fonológicos de preservação e de mudança dos nomes, com ênfase nos marcadores onomásticos. Dick (2007a) lembra que a toponímia se utiliza apenas de uma parte do acervo lexical disponível em uma determinada língua. Nesses estudos, a macrotoponímia investiga os nomes dos acidentes físicos ou dos aglomerados humanos de maior extensão, enquanto a microtoponímia atém-se aos nomes dos lugares menores,

geralmente sem independência administrativa, como os povoados, as vilas, as associações rurais, as fazendas, os cantos, os sertões - assim conhecidas no Sul do Maranhão as localidades rurais menos estruturadas do que uma fazenda, onde geralmente é desenvolvida a agricultura familiar.

Os topônimos são nomes fundamentais no processo interativo homem-língua-meio por identificarem particularmente as entidades geográficas com que convivem os utentes da língua. Ou, como afirma Solís Fonseca (1997, p.22) “um nome toponímico é um meio de que se utiliza o homem para humanizar a paisagem como parte de sua relação com seu ambiente geográfico. Pôr nomes faz parte de um processo, o de introduzir uma ordem humana na paisagem”. Esses nomes próprios fazem parte do índice léxico de que se utiliza o homem para possibilitar especificação, identificação e situacionalização dele com o meio ambiente em que vive e que compartilha com seus pares. Nesse sentido, Dick (1992) afirma que topônimos e antropônimos, além de uma função identificadora, portam, em sua estrutura imanente, uma significação precisa. Esse valor atribuído aos nomes próprios vem do papel fundacional que eles exercem como nomes de orientação e de referência no contexto de interação histórico-existencial. Nomear os lugares é, pois,

um ato de categorização, um comportamento gerador de termos linguísticos, os topônimos, os quais comprovam a existência de entidades no mundo que por esses nomes são legitimadas (BIDERMAN, 1998) e cujo processo vai além da identificação e da referenciação, posto que esse ato acrescenta valores atributivos significativos que classificam os lugares. Em consonância com essas afirmações, Isquerdo (2012) esclarece que o topônimo é um fato da língua que, investido do estatuto designativo a partir do ato de nomeação, é elevado à categoria de topônimo. Depreende-se, dessa afirmação, que o conjunto do léxico disponível para a escolha e seleção denominativa, o conjunto paradigmático desses termos, encontra-se, nesse estágio de preconcepção, em que não houve uma associação do signo com uma função toponímica, com função de signo arbitrário.

Apesar de o topônimo ser uma forma de língua que porta sentido como qualquer outro elemento da língua, aguardando determinações dos utentes, a partir do momento em que passa a ter uma forma acionada com essa funcionalidade, o termo que era arbitrário passa a ser essencialmente motivado, sendo esta uma das principais características desse termo (DICK, 1992). Essa autora lembra o duplo aspecto da motivação toponímica em dois momentos: primeiro, na

intencionalidade do denominador, que aciona este ato num processo seletivo de escolha do nome para um acidente geográfico; em seguida, na própria origem semântica do nome, com um significado transparente ou opaco². Compreendemos que esse duplo aspecto se apresenta na forma de *continuum* quando representa a dinâmica por que passa o nome: a motivação aciona o termo do conjunto paradigmático, que faz gerar o nome; o uso desse nome e a consequência desse ato resultam na convencionalidade, como propõem Ullmann (1964) Bréal (2008) e Alinei (2009).

O acionamento do termo disponível altera esse estatuto do signo com a ativação da correspondência entre os elementos significante, significado, referente e icônimo³, pelo utente da língua. Segundo Alinei (2009), o signo é motivado no momento de sua criação pelas características distintivas do referente, as quais são individualizadas e ressaltadas, motivando o nome apostado a esse referente. Esse autor ressalta que Saussure percebeu a motivação primeiramente como um aspecto acidental do signo, que poderia ou não ocorrer, dependendo da natureza desse

2 Bréal (2008) usa os termos “transparente” e “turvo”, respectivamente com esse sentido. Ullmann (1964), em vez de “turvo” usa o termo “opaco”, conforme atualmente utilizado nos estudos toponímicos.

3 Para Alinei (2009, p.65) “termo apolológico que funde ícone ‘imagem’ e –onoma ‘nome’, isto é, ‘nome-ícone’, ‘nome que por meio da própria reciclagem representa diretamente o novo referente conceitual”.

signo, sem perceber seu papel imanente, fundamental na gênese do léxico. Vale lembrar que essas lexias disponíveis no conjunto paradigmático têm caráter arbitrário até o momento em que são acionadas. Assim, a motivação ocorre acionando os conceitos físicos, sociais, históricos e culturais que envolvem o usuário da língua e sua comunidade linguística, como também os atributos descritivos que possuem os lugares, numa relação que envolve o usuário da comunidade linguística, o lugar e o nome, portanto, inclui os elementos extralinguísticos ou exocêntricos. O acionamento dos conceitos do usuário, de sua comunidade linguística, dos atributos dos lugares e dos que com estes mantêm estreita relação, os quais podem perceber esses sentidos para os nomes, é que constitui a motivação. Uma das formas de demonstrar a motivação é retratar essas impressões do mundo interior ou os estados d'alma a partir da percepção dos referentes.

No âmbito teórico, compreender a motivação denominadora, bem como contextualizar a região pesquisada com dados locais da história, geografia e cartografia, é uma necessidade (inter)disciplinar desses estudos, pois torna possível uma melhor interpretação dos dados linguísticos que muitas vezes não estão evidentes na etimologia do

nome, ou embora estando, essa contextualização permite inferir informações mais fidedignas a respeito da história dos nomes dos lugares, neste estudo, do Maranhão.

3. MAPEANDO CAMINHOS PARA O ATEMA

O Maranhão situa-se na região Nordeste do Brasil e atualmente é formado por 217 municípios que estão dispostos em cinco mesorregiões: Norte Maranhense, Oeste Maranhense, Leste Maranhense, Centro Maranhense e Sul Maranhense. Este estado é destaque por dois aspectos principais do turismo: o ecológico, centrado na Mesorregião Sul Maranhense, na microrregião de Porto Franco e do Gerais de Balsas, decorrente das belas paisagens de reservas naturais conhecidas como Chapada das Mesas, rica em recursos hídricos, assim como pelo denominado Caminho das Águas, com um universo de mais de noventa pequenas cachoeiras. O turismo histórico é oferecido principalmente pela capital, São Luís, que tem um rico acervo histórico-arquitetônico testemunha desde o período das invasões francesas, no ano de 1612. Por outro lado, a região Sul do estado expande-se economicamente, com base na agricultura mecanizada com o cultivo de soja, milho, sorgo, feijão, entre outros cereais. Desse cultivo, desde a década de setenta do século passado, resultou um processo migratório muito forte do sul do Brasil,

principalmente dos estados do Rio Grande do Sul e do Paraná. Esses caracteres identificadores e referenciadores refletem-se na língua, precisamente na toponímia, e o sistema de atlas toponímico torna possível apresentar a recorrência sistemática desses aspectos.

Os atlas toponímicos constituem-se, segundo Dick (2007b, p.142) “da recolha do recorte denominativo escolhido para a identificação de um determinado sítio”. Eles têm como propósito

o levantamento dos topônimos estaduais corporificados na paisagem em suas distintas distribuições tipológicas. Representam assim a parte prática da pesquisa onomástica do ponto de vista dialetológico (estratos lexicais presentes no português do Brasil) etimológico e taxionômico (categorias motivadoras) (DICK, 2007b, p.154).

O surgimento dos atlas no Brasil deu-se de forma inspirada nos atlas europeus. O projeto de Atlas Toponímico do Brasil, gestado sob a coordenação de Dick, abrange todos os estados da federação em termos de macrotoponímia. A primeira vertente do ATB foi o Atlas Toponímico do Estado de São Paulo, projeto ATESP, voltado para a toponímia de cunho regional, também sob a coordenação direta de Dick, toponimista vinculada à USP. Seguiram-se outros inseridos, em maioria, em sua proposta e sob sua supervisão.

O ATEMS, Atlas Toponímico do Estado de Mato Grosso do Sul, vinculado à UFMS e desenvolvido sob a coordenação de Aparecida Negri Isquerdo; o ATEMIG, Atlas Toponímico do Estado de Minas Gerais, sob a coordenação de Maria Cândida Seabra; o ATEPAR, Atlas Toponímico do Paraná, vinculado à UEL, sob a coordenação de Maria Antonieta Carbonari de Almeida até 2004; o ATT, Atlas Toponímico do Tocantins; e o ATITO, Atlas Toponímico de Origem Indígena do Tocantins, ambos vinculados à UFT e desenvolvidos sob a coordenação de Karylleila dos Santos Andrade; o ATAQB, Atlas Toponímico da Amazônia Ocidental Brasileira, vinculado à UFAC; e o ATEC, Atlas Toponímico do Ceará, vinculado à UFC, ambos coordenados por Alexandre Melo de Sousa.

Os atlas toponímicos seguem orientação prescrita na obra seminal *A Motivação Toponímica. Princípios Teóricos e Modelos Taxionômicos* (1980) que teve desdobramentos em outras publicações de Dick (1990; 1992). A teoria e a metodologia para os atlas têm como base a Lexicologia, a Etimologia, a Semântica dos nomes, motivações, além de seguirem o modelo de categorização toponímica prescrito por Dick, bem como a Geografia Linguística ou Método das Áreas no que se refere à cartografia. Apesar de os estudos com atlas toponímicos não abrangerem ainda todos os estados da federação, as pesquisas realizadas e as que ora

se realizam, como a do ATEMA, são significativas para os demais estudos toponímicos.

Vale lembrar que desde o início do século passado as pesquisas linguísticas voltaram-se para a língua real em uso situada em um espaço geográfico, orientação esta que ficou conhecida como Geografia Linguística. Nessa linha, a metodologia para o ATEMA inspira-se no método adotado por Dauzat (1957, p.3) em que ele sugere “remediar parcialmente a insuficiência de recursos de informação pelo método de áreas, ou geografia linguística, ajudado pela história” e por Dick que, muito para além de seguir esse método, construiu uma teoria específica para a toponímia que, dentre outros aspectos, contribui com um conjunto de classificações taxonômicas que são a base da categorização da motivação dos topônimos. Sobre essa metodologia, Dick (2007a, p.464) afirma que “Utilizando o método da Geografia Linguística, busca-se conhecer as áreas de extensão ou os pontos principais de dispersão dos fatos linguísticos relativos às línguas faladas no território, ou resíduos lexicais, presentes nos nomes, principalmente aqueles resultantes de modelos extintos [...]”. Significa dizer que as investigações contemplam, em especial, os fatos linguísticos dos topônimos em um determinado espaço geográfico, como também os culturais e sócio-históricos.

O universo da pesquisa para o ATEMA está centrado na distribuição das cinco Mesorregiões: Centro Maranhense, Leste Maranhense, Norte Maranhense, Oeste Maranhense, Sul Maranhense, com suas respectivas microrregiões. O *corpus* que está sendo analisado nesta fase do ATEMA é composto pelos topônimos de acidentes físicos e aglomerados humanos elencados com base na pesquisa documental em mapas oficiais disponibilizados no site do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), relativos aos cinco municípios da microrregião do Gerais de Balsas.

Os procedimentos para a seleção do *corpus* são primeiramente a seleção das cartas geográficas municipais “documento básico e fonte primária para a análise do fenômeno onomástico, na modalidade toponímica” (DICK, 1999, p.132), dispostas no Banco de Dados, Mapas, do site do IBGE, das quais são selecionados os topônimos. Estes já estão sendo dispostos em fichas lexicográficas toponímicas nos moldes das utilizadas para o ATEMS, conforme o modelo de Dick (1990; 1992), com informações básicas sobre cada topônimo pesquisado, tais como *município, localização, topônimo, acidente humano ou físico, taxionomia, etimologia, entrada lexical, estrutura morfológica, histórico, informações enciclopédicas, contexto, fonte, dados da pesquisadora*, da

revisora e data de coleta. Após a sistematização desses dados, são elaboradas as cartas toponímicas de forma a constituírem o atlas.

3.1 Configuração dos primeiros resultados para o ATEMA

Para dar feitiço a este trabalho, apresentamos resultados que envolvem dados gerais de todo o estado, topônimos já elencados em uma pesquisa anterior sob a mesma base (IBGE). Ocorre que a pesquisa se entrelaça em uma investigação que possa descrever as peculiaridades linguísticas do estado em dados da macrotoponímia, contemplando questões de intencionalidades e tendências denominativas toponímicas. A Toponímia, no seu âmbito macro, tem papel relevante nesse dar conta e dar a conhecer sobre a língua em sua diversidade, sobre os lugares em suas diferentes dimensões, aspectos singulares dessas territorialidades.

Antes dos resultados na macrotoponímia, apresentamos o modelo teórico-metodológico utilizado por Dick (1990; 1992), que tem toda uma nomenclatura própria. Nesse modelo, Dick descreve a essência do ato humano de nomear os lugares como expressão de fatores individuais e culturais, representados por meio da língua, e revisita, com base em Sapir, uma visão sistêmica no que diz respeito à inter-relação língua, cultura e meio ambiente. Dick enfatiza

como princípio geral do signo em função toponímica sua natureza motivada enquanto topônimo, atentando para o campo conceitual da disciplina e para as características internas e externas desse conjunto de nomes. Ao fazer essas observações, ela realça o caráter associado de iconicidade e indexical do topônimo como signo linguístico. Uma noção fundante para a compreensão dos estudos toponímicos é apresentada: a de duplo aspecto do ato denominador, a intencionalidade de quem denomina, ou seja, a motivação, e a natureza do produto resultante das escolhas, o topônimo em sua materialidade. A autora especifica as categorias dos topônimos no contexto brasileiro e justifica os postulados de Sapir a partir dos quais ela (bi)compartimenta as diversas classificações toponímicas, que se inserem no âmbito de natureza física e de natureza antropocultural para só após estas reagrupar no âmbito dessas as demais subclasses.

Assim, apresenta os princípios gerais denominativos e taxonômicos que contêm os motivos toponímicos, organizados em taxionomias de natureza física, dentre as quais aqui trazemos as principais para este trabalho: cardinotopônimos - posições geográficas em geral: *Capinzal do Norte* (MA); dimensiotopônimos - dimensões dos acidentes geográficos: *Alto Parnaíba* (MA); fitotopônimos

- vegetais: *Bacuri* (MA); geomorfotopônimos - formas topográficas: *Morros* (MA); hidrotopônimos - acidentes hidrográficos em geral: *Brejo* (MA); litotopônimos - minerais: *Pedreiras* (MA); zootopônimos - animais: *Raposa* (MA); taxionomias de natureza antropocultural: animotopônimos ou nootopônimos - vida psíquica e espiritual: *Fortuna* (MA); antropotopônimos - nomes próprios individuais: *Coelho Neto* (MA); axiotopônimos - títulos e dignidades: *Barão de Grajaú* (MA); corotopônimos - cidades, países, estados, regiões: *Viana* (MA); cronotopônimos - indicadores cronológicos: *Nova Olinda do Maranhão* (MA); ecotopônimos - habitação em geral: *Carutapera* (MA); ergotopônimos - elementos da cultura material: *Arame* (MA); etnotopônimos - elementos étnicos: *Timbiras* (MA); dirrematopônimos - frases ou enunciados linguísticos: *Há Mais Tempo* (MA); hierotopônimos – entidades religiosas ou mitológicas: *Pio XII*, - hagiotopônimos - santos ou santas: *Santa Filomena do Maranhão* (MA); historiotopônimos - movimentos de cunho histórico: *Bequimão* (MA); hodotopônimos - comunicação urbana e cultural: *Passagem Franca* (MA); poliotopônimos - vocábulos referentes a vilas, aldeias, cidades, povoações, arraial: *Aldeias Altas* (MA); sociotopônimos - atividades profissionais, locais de trabalho e ponto de encontro de comunidade: *Bom Jardim*, (MA). Este conjunto classificatório

constitui a maior contribuição já dada à toponímia brasileira. Nela, Dick identifica, descreve e classifica os topônimos de diversos estados brasileiros, fundamentando a atribuição das taxonomias aos grupos de nomes pelas semelhanças denominativas.

Neste trabalho, são apresentados topônimos que referem municípios maranhenses, elencados em Castro (2012), agora com uma releitura quanto às classificações. Nesse conjunto, os resultados apresentam-se como a seguir: taxionomias de natureza física, em menor quantidade, 81 topônimos, 37,32%; e de natureza antropocultural, 136 topônimos, 62,67%. A classificação mais recorrente é de natureza antropocultural, a dos hagiotoipônimos, como seguem.

FIGURA 1

Dentre os topônimos que acionam aspectos da religiosidade, os hagiotoipônimos formam a categoria com maior percentual, 14,75% (32 topônimos). Ao se levar em conta os hierotopônimos (7) e um mitotopônimo, esse percentual altera-se para 18,89%.

O segundo maior percentual de categorização é também de natureza antropocultural, os antropotopônimos, com o percentual de 13,82% (30 topônimos). Dentre esses, dez acionam escritores; dez, os políticos; seis, os povoadores

e os demais acionam respectivamente um jurista, um administrador, um professor e há um antropotopônimo não identificado. Se levamos em conta os axiotopônimos e os antropotopônimos, com um percentual de 7,83% (17 topônimos), esse conjunto representaria 21,65% do total de recorrência, categorias essas tão produtivas e muito relacionadas à cultura urbana. O topônimo *Timon* faz referência a um grande jornal de crítica política escrito por João Francisco Lisboa, que usava o heterônimo de *Tímon*, em homenagem ao clássico filósofo grego. Uma releitura desse topônimo levou-nos a compreender que o termo refere não propriamente a obra histórica, mas o historiador que o escrevia, o que o recategoriza como antropotopônimo e não ergotopônimo. Dos 17 axiotopônimos, seis trazem o termo “governador”; cinco, o termo “presidente”; e dois, o termo “senador”.

FIGURA 2

Esses dados são reveladores da mentalidade sociopolítica e da própria situação socioeconômica local, em que os topônimos homenageiam aqueles que são detentores de poder na esperança de benefícios para o município denominado, ou ocorre uma imposição de topônimos, articulada pela classe política. “Imperatriz”, antes denominada *Santa Teresa*

da Imperatriz, foi assim denominada em homenagem à Imperatriz do Brasil, Teresa Leopoldina.

Os corotopônimos receberam uma nova interpretação neste estudo em relação a Castro (2012), quando o termo *do Maranhão*, que remetia à divisão territorial, à ideia de pertença ao estado em que se situava o lugar denominado, foi interpretado como um traço característico determinante, um critério que fundamentava a inclusão do topônimo na classe dos corotopônimos. Essa interpretação deveu-se à própria etimologia do termo. No Aurélio (2010), **coro** - vem do grego *choros* ‘lugar’, ‘região’, ‘território’, ‘país’; no Houaiss (2001-2007), **coronímia**, parte da onomástica dedicada ao estudo e à etimologia dos nomes designativos de continente, país, região, pátria, estado, província, divisão administrativa qualquer (abrangida pela *toponímia* ou *geonímia*); estudo ou teoria dos corônimos. Dick (1992, p.31-34) apresenta essa taxonomia como “topônimos relativos aos nomes de cidades, países, estados, regiões e continentes. Ex.: *Brasil* (AH AM); *Europa* (AH AC), *Amazonas* (AH BA), *Uruguai* (AH MG)” e Isquerdo (1997, p.93) completa essa definição com “nomes transplantados que passam a identificar acidentes físicos e humanos de outras paragens, geralmente motivados pela intenção do denominador de homenagear a sua terra de

origem e/ou os primeiros povoadores da região”. No presente trabalho, compreendemos que topônimos como *Lagoa Grande do Maranhão*, *Água Doce do Maranhão*, *Serrano do Maranhão*, entre outros, não possuem uma estrutura que permita a classificação deles como corotopônimos, pois os sintagmas têm como base para a classificação taxonômica o termo núcleo, como **Lagoa Grande do Maranhão**, **Água Doce do Maranhão** (ambos hidrotopônimos), e não o genitivo.

FIGURA 3

Alcântara, Cantanhede, Guimarães, Monção, Paço do Lumiar, Penalva e Viana são nomes de cidades bastante antigas do Maranhão. No ano de 1751, foi instaurado o Estado do Grão-Pará e Maranhão (1751-1772) e Francisco Xavier de Mendonça Furtado, irmão do Marquês de Pombal, tomou providências para abolir a administração dos aldeamentos pelos religiosos e proclamar a liberdade dos índios. Mendonça Furtado “passou a elevar as aldeias maiores a villas e as menores a logares.” (ABREU, 1934 [1928], p.188), para o que foi revelado o tipo de escolha dos nomes de lugares atribuídos àquela época, em que passou a dar o nome e os privilégios de vilas de forma semelhante aos que havia em Portugal às aldeias em que os índios habitavam. As leis, de 5 de fevereiro de 1757 e a de 8 de março de 1758,

ditada a primeira só para o Estado do Maranhão e a segunda para o restante do Brasil, fizeram se multiplicar rapidamente a quantidade de vilas, denominadas essas com nomes de lugares portugueses. O Maranhão, influenciado pela Frente Pastoril e pelas Missões, passou a receber um número significativo de portugueses e foram criadas as vilas Monção (1757), Viana (1757) e Vila Viçosa, atual Tutóia (1758); no séc. XIX foram criadas as vilas de Caxias de Aldeias Altas, atual Caxias (1811), e Pastos Bons (1820). São Luís fora fundada em 1612; Alcântara, em 1648; Guimarães, em 1758; Viana, em 1757; Cantanhede, 1791; Paço do Lumiar, 1761; e São José de Penalva (Penalva), 1785.

O fato de os topônimos de natureza física serem menos recorrentes (81 topônimos) na macrotoponímia é comum, pois estão mais relacionados à cultura rural. Os fitotopônimos são os mais recorrentes, 29 topônimos (13,36%).

FIGURA 4

O topônimo *Caxias* tem sido alvo de muitas discussões em torno de sua verdadeira origem, por suscitar muitas divergências a esse respeito. Essa polêmica pode ser retomada ao século XIX, quando Gonçalves Dias escreveu um poema em que *Cachias* era cantada como uma flor. O historiador maranhense Mílson Coutinho (2005) defende

que a origem do nome se deve a uma planta da região, uma esponjeira, e não ao acionamento da freguesia portuguesa de mesmo nome, no concelho de Oeiras, o que o classificaria como fitotopônimo e não corotopônimo. Há que se ressaltar a influência do pensamento romântico em Gonçalves Dias e nos poetas e escritores daquela época, que tinham como uma das principais características o nacionalismo, com a defesa dos valores locais, o que deve tê-los influenciado na defesa do topônimo que referia a localidade antes denominada *Guanaré* > *São José das Aldeias Altas* > *Freguesia das Aldeias Altas* > *Arraial das Aldeias Altas* até receber o nome *Vila de Caxias* e, finalmente, *Caxias*. Em 1796, um requerimento (AHU-ACL-CU-009 Caixa 90, Doc. 07456) de José Francisco da Silva à rainha D. Maria I atesta que Caxias ainda era chamada oficialmente de *Aldeias Altas*. Em 1810, Sebastião Gomes da Silva Berford, em “Roteiro da Viagem da Cidade de São Luís do Maranhão até a Corte do Rio de Janeiro”, à página 29, cita a *Vila Caxias*. Da mesma forma, Spix e Martius em “Viagem pelo Brasil”, volume II, relatam a “Viagem de Oeiras, passando pela Vila de Caxias, a São Luís, capital do Maranhão” entre os anos 1817-1820, página 247. O topônimo deve ter sido atribuído, portanto, antes de 1810, período ainda sob influência do Marquês de Pombal, pelo que optamos por sua classificação como corotopônimo.

No conjunto dos fitotopônimos, os nomes de origem indígena traduzem o processo natural de denominação da vegetação percebida pelos povos autóctones, denominação esta transferida pelos povos não indígenas, de forma descritiva, para os lugares em que essa vegetação se situava. *Marajá do Sena* é assim denominada pela mudança dos moradores da localidade *Sena* para as margens de uma lagoa com a palmeira conhecida como *marajá*, do que resultou na nova denominação.

A segunda maior recorrência de natureza física é de hidrotopônimos com 25 ocorrências (11,5%). Os nomes dos cursos d'água também são preservadores da língua de nossos primeiros habitantes.

FIGURA 5

Seguem-se os zootopônimos com 8 ocorrências (3,68%); os geomorfotopônimos, com 7 ocorrências (3,22%); e os litotopônimos com de 5 ocorrências (2,30%).

Percebe-se como tendência denominativa característica da mesorregião Norte Maranhense a denominação dos lugares com topônimos relativos à flora brasileira, geralmente de origem Tupi: *Anajatuba* - *Anajá-tyba*, o sítio onde crescem palmeiras inajás, abundância de inajás (SAMPAIO, 1955, p.170); *Axixá* - *axixã*, que significa áspero, sarabulhento (EDELWEISS,

1958, p.126); *Bacabeira* – originário de *bacaba*, alteração de *ybá-caba*, a fruta oleosa ou gorda (SAMPAIO, 1955, p.178) com o acréscimo do sufixo formador de substantivo – *eira*; *Bacuri* - *bacuri* o nome comum a várias plantas da família das gutíferas (TIBIRIÇÁ, 1997, p.27); *Bacurituba*, *bacuri* acrescido do sufixo Tupi – *tuba*, indicador de abundância; *Cajapió* - *cajá-pyoca*, polpa de cajá; essência de cajá (TIBIRIÇA, 1997, p.35); *Cajari* - *caajar-y*, rio do louva-a-Deus; ou *caja-ry*, rio do cajá (TIBIRIÇÁ, 1997, p.35); *Peri Mirim* – oriundo de *piri-miri*, brejo pequeno. Encontra-se *peri*, *piri*, nome de várias plantas que nascem no brejo (TIBIRIÇÁ, 1997, p.95); e *Cedral*, *Matinha*, *Matões do Norte*, *Palmeirândia*. A segunda maior tendência denominativa dessa mesorregião relaciona-se a nomes de cidades portuguesas, *Alcântara*, *Cantanhede*, *Guimarães*, *Monção*, *Paço do Lumiar*, *Penalva*, *Viana*, o que retrata o processo colonizador do estado iniciado pelo litoral maranhense. Os zootopônimos possuem origem Tupi: *Arari* - *Araray*, *arara -y*, água ou rio das araras (SAMPAIO, 1955, p.175), *Pirapemas* - *pirapema*, variedade de peixe do mar da família dos megalopídeos (TIBIRIÇÁ, 1997, p.98) e *Cururu* – originário de *cururu-ypu*, fonte do sapo (TIBIRIÇÁ, 1997, p.35).

A mesorregião Centro Maranhense apresenta maior recorrência de hidrotopônimos: *Barra do Corda*; *Grajaú* -

carajá-u, comida de mono, pasto de mono, lugar onde os monos vêm comer; ou pode ser *carajá-y*, rio dos monos [macacos] (TIBIRIÇÁ, 1997, p.49); *Igarapé Grande - ygara-apé*, o caminho da canoa, o canal, o furo ou braço de rio, o esteiro (SAMPAIO, 1955, p.218); *Lago do Junco, Lago dos Rodrigues, Lago Verde, Olho D'água das Cunhãs*, com a prevalência do termo *lago* que revela na superfície da língua a característica geofísica de essa região possuir o maior manancial lacustre do Nordeste brasileiro. Chama a atenção, nessa mesorregião, a tendência denominativa com os axiotopônimos, que homenageiam diversos políticos: *Dom Pedro; Governador Archer, Governador Eugênio Barros, Governador Luiz Rocha; Senador Alexandre Costa; Presidente Dutra*.

A mesorregião Leste Maranhense apresenta maior recorrência de fitotopônimos: *Buriti - buriti, muriti, miriti* - nome de palmeira e de vários nomes geográficos do Brasil (TIBIRIÇA, 1997, p.162); *Buriti Bravo; Coroatá* – oriundo de *coroá*, pita (planta têxtil), e *-atã, -atá*, rija; certa fibra rija feita de pita (TIBIRIÇÁ, 1997, p.44); *Jatobá* - nome de uma árvore leguminosa também chamada *jataí* (TIBIRIÇÁ, 1997, p.76); *Sucupira do Norte - sucupira*, árvore de boa madeira, da família das leguminosas, o mesmo que *sebipira* (TIBIRIÇÁ, 1997, p. 105); *Sucupira do Riachão, Capinzal do Norte* - capim

vem do tupi *ka'pii*, este de *ka'a* 'mato, erva, planta em geral (HOUAISS; VILLAR, 2001-2007); e *Chapadinha, Matões, Pastos Bons*.

As mesorregiões Oeste Maranhense e Norte Maranhense destacam-se com o uso de afixos de origem Tupi e sua variante amazônica Nheengatu muito recorrentes tais como *-açu* e *-ua*. O sufixo *-açu* ocorre em *Apicum-Açu, Conceição do Lago Açu, Santa Luzia do Paruá* (Paru-Açu) e *Turiáçu*. O sufixo *-aua* (< *-aba*, Tupi) do Nheengatu, conforme notas de Edelweiss em Sampaio (1955 [1901], p.57), é formador de substantivos, e quer dizer 'gente', 'pessoa', 'indivíduo', neste caso, é formador de topônimos. Tibiriçá informa ainda sobre o sufixo *-aba* como circunstancial e instrumental formador de nome, com as variações *-saba, -çaba, -ava*. O sufixo *-ua*, conforme Theodoro Sampaio (1955 [1901], p.127), é muito recorrente na toponímia litorânea ou em suas proximidades, entre os Tupi e europeus, e é indício da forma reduzida das lexias *ruca* ou *iruca*, nomes indicativos de origem. Esse sufixo Nheengatu (*-aua*) aparece dentre outras variações em *-uba, Bacurijuba*. Muito recorrente na toponímia da mesorregião Norte é o formador de composto *-tyba, -tiba* ou *-tuba* com o significado de abundância: *Anajatuba* - existência de muitos frutos anajás e *Bacurituba* - existência de muitos bacuris; *Satubinha* <*yça-tuba* - existência de muitas abelhas.

Fica evidente quanto à origem semântica dos topônimos, a presença comum de uma matriz referencial que gera uma cadeia denominativa geralmente com base em um elemento natural ou acidente físico. No conjunto dos acidentes da mesorregião Sul Maranhense, quando coocorrem acidentes geográficos e acidentes humanos, o acidente físico tem a função de matriz referencial denominativa para os acidentes humanos. Dentre os topônimos que referem acidentes geográficos, os hidrônimos cumprem essa função em relação aos orônimos. Os hidrônimos rio *Balsas*, ribeirão do *Riacho*, riacho *Buriti* geram outros topônimos como *Balsas*, rio *Balsinha*, *Balsinha*, *Buriti Comprido*, ribeirão do *Riachinho*, Canto do *Riacho*, *Riachão*, entre muitos outros exemplos.

O buriti também é uma matriz referencial denominativa, o elemento natural mais recorrente dentre as palmeiras e as demais espécies da flora, termo que, juntamente com seus cognatos, é o modelo prototípico dos fitotopônimos tanto na macro quanto na microtoponímia, o que vem corroborar com os dados de Dick (1990) e Isquerdo (2012).

4. INFERÊNCIAS PARCIAIS

Sabedores de que a Onomástica, mais precisamente a Toponímia, como afirma Dick (2007b, p.144) “é muito mais

do que um mero fator auxiliar do agir e do viver individual ou coletivo; é indício de rumos tomados pelos falares ao longo dos períodos históricos, de comportamentos presentes no cotidiano e de atitudes morais ou operosas valorizadas pela população”, este trabalho propôs-se contribuir para a sistematização dos primeiros dados analisados no âmbito do ATEMA.

Na macrotoponímia, as taxes de natureza antropocultural, por serem maioria, revelam o grau de poder exercido pelo homem, quer por meio da religiosidade, como também da política, não bastando a representação do seu nome, mas acrescentando-se-lhe, ao nome, as representações dos cargos de presidente, de governador, de senador para denominar os municípios.

Os resultados iniciais reconhecem relações de origem linguística e identitária, relações de poder na e pela língua, de forma a iniciar um delineamento cultural das comunidades maranhenses regionais com uma visão mais crítica sobre o processo fundador e nomeador dos lugares e a inter-relação desses fatos com e na língua.

REFERÊNCIAS

- ABREU, João Capistrano de (1930). *Caminhos Antigos e Povoamentos do Brasil*. Rio de Janeiro: Briguiet.
- ALINEI, Mario (2009). *L'origine delle parole*. Roma: ARACNE.

BERFORD, Sebastião Gomes da Silva (2008 [1809-1810]). *Roteiro e mapa da cidade de São Luís do Maranhão até a Corte do Rio de Janeiro*. Imperatriz: Ética.

BIDERMAN, Maria Teresa Camargo (1998). “Dimensões da palavra”. *Filologia e Linguística Portuguesa*, (2), 81-118. Araraquara.

BRÈAL, Michel (2008 [1897]). *Ensaio de Semântica: Ciência das Significações*. Coordenação e revisão técnica da tradução de Eduardo Guimarães. 2.ed. Campinas.

CASTRO, Maria Célia Dias de (2012). *Maranhão: sua toponímia, sua história*. Tese de Doutorado, 474f. Universidade Federal de Goiás, Goiânia – GO.

COUTINHO, Mílson (2005). *Caxias das Aldeias Altas: subsídios para sua história*. 2.ed. São Luís - Caxias: Prefeitura de Caxias.

DAUZAT, Albert (1957 [1926]). *Les Noms de Lieux: Origine et Évolution (Villes et Villages – Pays – Cours d’eau – Montagnes – Lieux-dits)*. Paris: Librairie Delagrave.

DICK, Maria Vicentina do Amaral (1990). *A motivação toponímica e a realidade brasileira*. São Paulo: Arquivo do Estado.

_____. (2007). *A Terminologia nas Ciências Onomásticas: Estudo de Caso: o projeto ATESP (Atlas Toponímico de São Paulo)*. In: ISQUERDO, Aparecida Negri; ALVES, Ieda Maria (Orgs.). *As Ciências do Léxico: lexicologia, lexicografia, Terminologia*, Vol. III. Campo Grande, MS: Ed. UFMS; São Paulo: Humanitas. p.459-470.

_____. (2007a). “Atlas Toponímico do Brasil: Teoria e Prática II”. *Revista Trama*, 3 (5), 141-155, 1º semestre (2007b).

_____. (2004). *Hidrônimos e hidrotopônimos na onomástica brasileira*. In: KRIEGER, Maria das Graças (Orgs.). *As Ciências do Léxico: lexicologia, lexicografia, terminologia*. Vol. II. Campo Grande MS: Ed. UFMS.

_____. (1992). *Toponímia e antroponímia no Brasil: coletânea de estudos*. 3.ed. São Paulo: FFL/USP.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda (2010). *Dicionário Aurélio da*

Língua Portuguesa. Coordenação Marina Baird Ferreira, Margarida dos Anjos. 5.ed. Curitiba: Positivo.

HOUAISS, Antonio; VILLAR, Mauro de Salles (2001-2007). *Dicionário Eletrônico Houaiss da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Instituto Antonio Houaiss, Objetiva, CD-ROM.

IBGE (2016). *Divisão Regional do Brasil em Mesorregiões e Microrregiões Geográfica*, Volume I. In http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/monografias/GEBIS%20-%20RJ/DRB/Divisao%20regional_v01.pdf. Acesso em 29.Abr.2016.

IBGE/CIDADES In http://www.ibge.gov.br/estadosat/perfil.php?lang=_EN&sigla=ma Acesso em 12.Dez.2016.

ISQUERDO, Aparecida Negri (2012). *A Motivação na Toponímia*: algumas reflexões. In SELLA, Aparecida Feola; CORBARI, Clarice Cristina; BIDARRA, Jorge (Orgs.). *Pesquisas sobre léxico: reflexões teóricas e aplicações*. Campinas, SP: Pontes Editores.

_____; FIGUEIREDO, Carla Regina de S. (1997). “Corotopônimos na toponímia sul-matogrossense: reflexões teórico-metodológicas”. *Revista Papéis*, 1 (1), 85-106. Campo Grande:MS.

_____. (2003). “Léxico em Tempo e Espaço: A Questão dos Regionalismos”. In MARIN, Jérri Roberto; VASCONCELOS, Cláudio Alves (Orgs.). *História, região e identidades*. Campo Grande, MS: Ed. UFMS. p.165-181.

LARA, Luis Fernando (2006). *Curso de Lexicologia*. México, D.E.: El Colegio de México.

OGDEN, Charles Kay; RICHARDS, Ivor Armstrong (1972). *O significado de significado*. Rio de Janeiro: Zahar Editores.

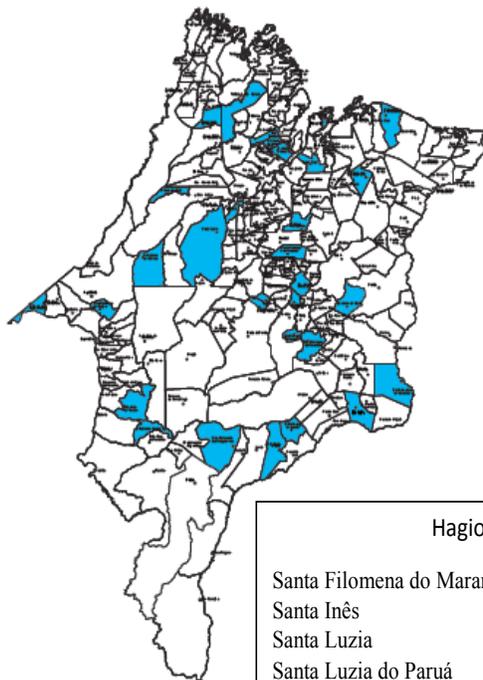
SAMPAIO, Theodoro (1955 [1901]). *O Tupi na Geografia Nacional*. Introdução e Notas de Frederico G. Edelweiss. 4.ed. Salvador: Câmara Municipal de Salvador.

SOLÍS FONSECA, Gustavo (1997). *La Gente Pasa, Los Nombres Quedan...: introducción en la toponímia*. Lima: G. Herrera Editores.

TIBIRIÇÁ, Luiz Caldas (1997). *Dicionário de Topônimos Brasileiros de Origem Tupi*: significado dos nomes geográficos de origem tupi. São Paulo: Traço.

ULLMANN, Stephen (1973 [1964]). *Semântica*: uma introdução à ciência do significado. 3.ed. Lisboa: fundação Calouste Gulbenkian.

Maria Célia Dias de Castro tem Doutorado em Letras/Linguística. É professora da UEMA/CESBA, Departamento de Letras. Pós-Graduada pela Universidade Federal do Mato Grosso do Sul - UFMS, Campus Três Lagoas. Apoio da FAPEMA. Atua na graduação e é pesquisadora do léxico, na área de Toponímia. Coordenadora do Grupo de Pesquisa LINCHI. E-mail: celialeitecastro@hotmail.com.

Figura 1: Mapa dos hagiopônimos - 14,75% do total dos 217 municípios.

Hagiopônimos

Santa Filomena do Maranhão	São João Batista
Santa Inês	São João do Caru
Santa Luzia	São João do Paraíso
Santa Luzia do Paruá	São João do Soter
Santa Quitéria do Maranhão	São João dos Patos
Santa Rita	São José de Ribamar
Santo Amaro do Maranhão	São José dos Basílios
Santo Antonio dos Lopes	São Luís Gonzaga do Maranhão
São Benedito do Rio Preto	São Mateus do Maranhão
São Bento	São Pedro da Água Branca
São Bernardo	São Domingos do Maranhão
São Domingos do Azeitão	São Raimundo das Mangabeiras
São Pedro dos Crentes	São Raimundo do Doca Bezerra
São Félix de Balsas	São Roberto
São Francisco do Brejão	
São Francisco do Maranhão	
Santa Helena	

Figura 2: Mapa dos axiotopônimos - 7,83% (17 topônimos).



Axiotopônimos

Barão de Grajaú
Dom Pedro
Duque Bacelar
Governador Archer
Governador Edson Lobão
Governador Eugênio Barros
Governador Luís Rocha
Governador Newton Bello
Governador Nunes Freira
Imperatriz
Presidente Dutra
Presidente Juscelino
Presidente Médici
Presidente Sarney
Presidente Vargas
Senador Alexandre Costa

Figura 3: Mapa dos corotopônimos - percentual de 6,5% (14 topônimos).

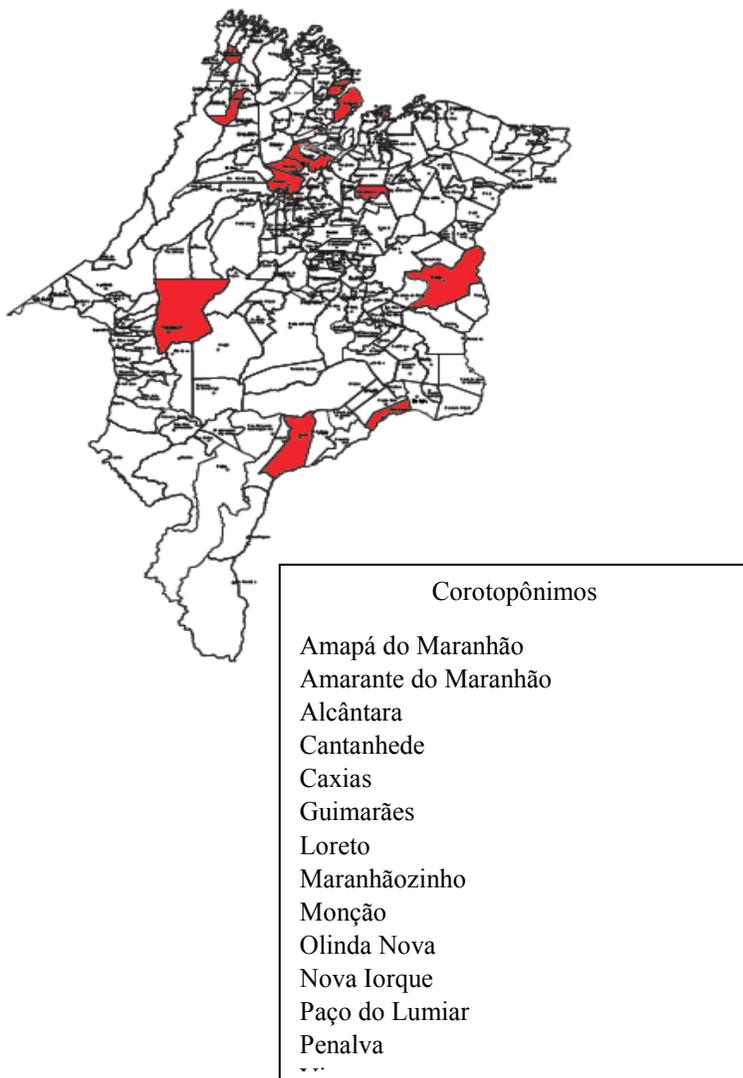
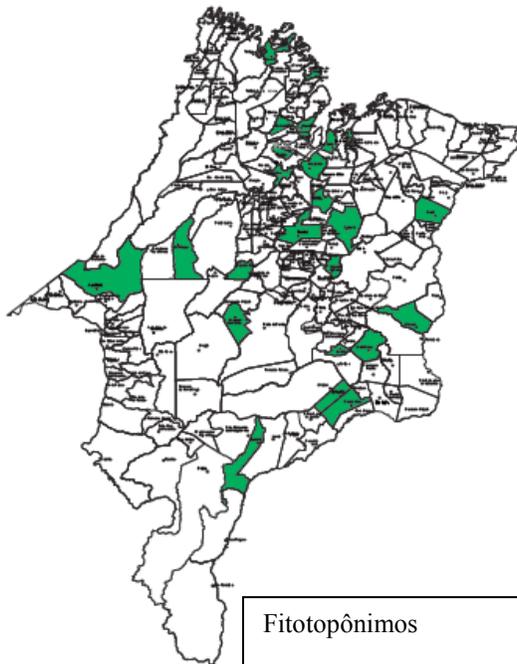
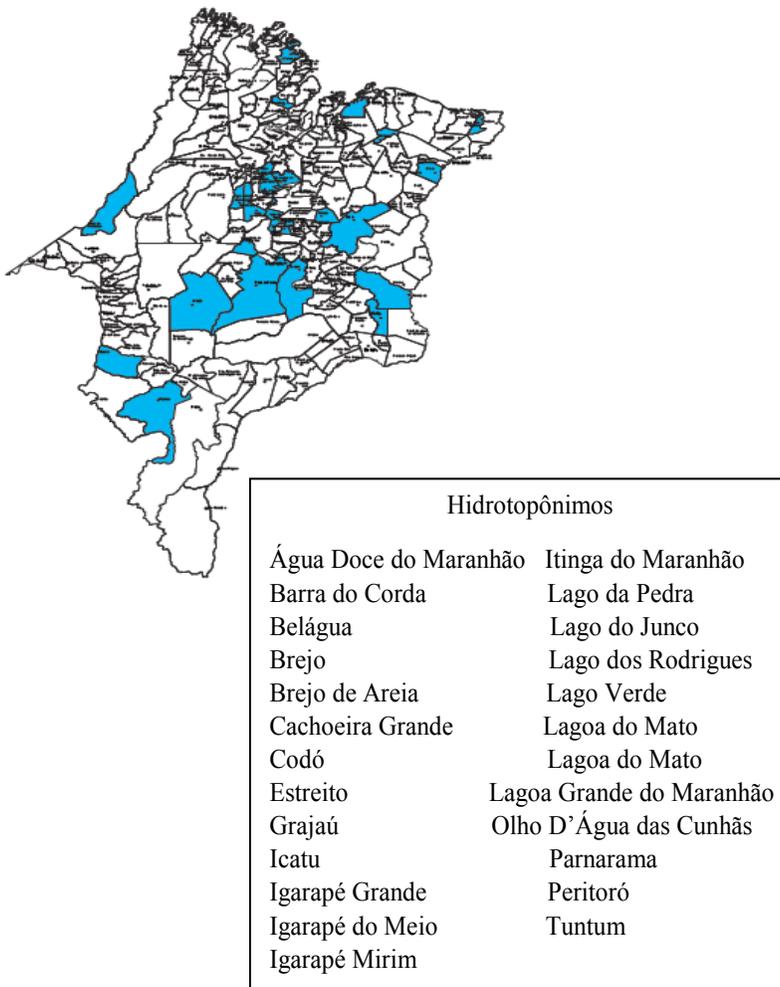


Figura 4: Mapa dos fitotopônimos - percentual de 13,36% (29 topônimos).**Fitotopônimos**

Açailândia	Cedral
Anajatuba	Coroatá
Axixá	Jatobá
Bacabal	Jenipapo dos Vieiras
Bacabeira	Junco do Maranhão
Bacuri	Marajá do Sena
Bacurituba	Matinha
Buriti	Matões
Buriti Bravo	Matões do Norte
Buriticupu	Palmeirândia
Buritirana	Peri Mirim
Cajapió	Pastos Bons
Cajari	Sambaíba
Capinzal do Norte	Sucupira do Norte
	Sucupira do Riachão

Figura 5: Mapa dos hidrotopônimos - 11,5% (25 topônimos)

Recebido em 18 de abril de 2017.

Aprovado em 14 de julho de 2017.